

Congresso: missão cumprida e

28-3-94



Genoíno: protesto na última sessão

BRASÍLIA — O Congresso entrou ontem em recesso e só voltará ao trabalho em 1º de agosto. Foi um semestre intenso, em que a presença maciça dos deputados em plenário durante as 62 sessões realizadas contribuiu para mudar a imagem de paralisia que tomava conta do Legislativo. Há sete anos, desde a Assembleia Nacional Constituinte, a Câmara não alcançava um desempenho como o do semestre que acabou. Mas na última sessão do semestre, não faltaram protestos:

— É um absurdo entrar em recesso quando há matérias importantes para serem apreciadas como a MP da desindexação. É uma relação de subserviência entre o Congresso e o Executivo, que vai reeditar a MP antes do prazo. Isso é um jogo de faz-de-conta — disse o deputado José Genoíno (PT-SP).

No período de recesso haverá

uma comissão de plantão, com 16 deputados e 16 suplentes, representando todos partidos. Durante o primeiro semestre, as regras rígidas adotadas pelo presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), descontando o salário dos faltosos, foram fundamentais para assegurar a presença maciça em plenário. Houve sessões todos os dias, ao contrário do ano passado, quando a falta de quorum era marcante. Foram realizadas 45 sessões deliberativas ordinárias e cinco extraordinárias, limpando a pauta de projetos.

Aliado ao corte salarial, o rolo compressor dos partidos que sustentam o Governo também foi determinante para o ritmo das votações, sobretudo das reformas constitucionais. Foram aprovadas na Câmara cinco emendas que quebraram tabus como o fim dos monopólios estatais do petróleo e das telecomu-

nicções. O Governo nunca esteve em situação tão confortável. Teve vitórias folgadas com média de 350 votos quando eram precisos apenas 257.

A Câmara também aprovou leis para alterar o sistema previdenciário, aumentar o salário-mínimo, instituir novos mecanismos de repressão ao crime organizado e fixar regras para a produção independente de energia elétrica.

Nas sessões do Congresso, a decisão de limpar a pauta, tomada pelo presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), também provocou trabalho intenso. Foram aprovadas 34 MPs, algumas da época do Governo Collor. Entre as aprovadas, estão a que criou o Real e a que regulamentou a Lei de Concessões de Serviços Públicos, que permitirá a privatização do setor elétrico e o início da abertura das telecomunicações ao capital privado.

O País • 7

férias